

O AGROHIDRONEGÓCIO REDESENHA O TERRITÓRIO? CONFIGURAÇÕES GEOAMBIENTAIS NOS TERRITÓRIOS RURAIS DE MUCUGÊ, CHAPADA DIAMANTINA-BA-BRASIL

DOES AGROHYDROBUSINESS REDESIGN THE TERRITORY? GEOENVIRONMENTAL CONFIGURATIONS IN THE RURAL TERRITORIES OF MUCUGÊ, CHAPADA DIAMANTINA-BA-BRAZIL

¿EL AGROHIDRONEGOCIO REDISEÑA EL TERRITORIO? CONFIGURACIONES GEOAMBIENTALES EN LOS TERRITORIOS RURALES DE MUCUGÊ, CHAPADA DIAMANTINA-BA-BRASIL

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2023.i3.p. 42-58

Débora Paula de Andrade Oliveira

Docente do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais
da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
E-mail: dpaoliveira@uesc.br

RESUMO:

O objetivo do artigo é compreender o território e as configurações geoambientais no contexto do agrohidronegócio no município de Mucugê, Chapada Diamantina, Bahia, Brasil. A pesquisa está alicerçada na análise qualitativa e crítica da realidade. No que tange aos aspectos de ordem teórico-metodológica, o território foi elencado como categoria central de análise. A discussão acerca da questão agrária e do agrohidronegócio foi alicerçada na leitura das contradições intrínsecas à reprodução e expansão do capitalismo no campo. Paralelamente, buscou-se sistematizar os dados primários e secundários, além da elaboração de mapeamentos e pesquisas de campo *in loco*, que envolvem observações, diálogos e vivências, atrelados à realização de entrevistas semiestruturadas. Na leitura da realidade em questão, constatou-se que o agrohidronegócio transformou os territórios rurais de Mucugê, com a imposição lógicas capitalistas de trabalho na terra. Além das repercussões sociais, relativas à exploração e precarização da força de trabalho no campo, verificou-se também a degradação dos ambientes com os riscos de contaminação dos recursos naturais, decorrentes das aplicações dos agrotóxicos usados nas lavouras do monocultivo de batata inglesa. A implantação da barragem do Apertado, em 1998, acentuou o processo de dominação territorial e concentração fundiária no município, de modo a reduzir o território destinado à agricultura familiar camponesa, que, mesmo em condições tão desfavoráveis, r-existe e em seu modo de vida e viabiliza a produção de alimentos no município.

Palavras-chave: Agrohidronegócio. Mucugê. Chapada Diamantina. Geoambientes. Território.

ABSTRACT:

The objective of the article is to understand the territory and geoenvironmental configurations in the context of agrohydrobusiness in the municipality of Mucugê, Chapada Diamantina, Bahia, Brazil. The research is based on qualitative and critical analysis of reality. Regarding theoretical-methodological aspects, territory was listed as a central category of analysis. The discussion about the agrarian issue and agro-hydrobusiness was based on the reading of the contradictions intrinsic to the reproduction and expansion of capitalism in the countryside. At the same time, we sought to systematize primary and secondary data, in addition to creating mappings and field research *in loco*, which involves observations, dialogues and experiences, linked to semi-structured interviews. When reading the reality in question, it was found that agrohydrobusiness transformed the rural territories of Mucugê, with the imposition of capitalist logics of work on the land. In addition to the social repercussions, related to the exploitation and precariousness of the workforce in the field, there was also the degradation of environments with the risks of contamination of natural resources, resulting from the applications of pesticides used in English potato monoculture crops. The implementation of the Apertado dam, in 1998, accentuated the process of territorial domination and land concentration in the municipality, in order



to reduce the territory allocated to peasant family farming, which, even in such unfavorable conditions, re-exists and in its way of life and makes food production possible in the municipality.

Key words: Agrohdrobusiness. Mucugê. Chapada Diamantina. Geoenvironments. Territory.

RESUMEN:

El objetivo del artículo es comprender el territorio y las configuraciones geoambientales en el contexto de los agrohidronegocios en el municipio de Mucugê, Chapada Diamantina, Bahía, Brasil. La investigación se basa en un análisis cualitativo y crítico de la realidad. En cuanto a los aspectos teórico-metodológicos, el territorio fue catalogado como categoría central de análisis. La discusión sobre la cuestión agraria y los agrohidronegocios se basó en la lectura de las contradicciones intrínsecas a la reproducción y expansión del capitalismo en el campo. Al mismo tiempo, se buscó sistematizar datos primarios y secundarios, además de realizar mapeos e investigaciones de campo *in loco*, que involucra observaciones, diálogos y experiencias vinculadas a entrevistas semiestructuradas. Al leer la realidad en cuestión, se constató que el agrohidronegocio transformó los territorios rurales de Mucugê, con la imposición de lógicas capitalistas de trabajo de la tierra. A las repercusiones sociales, relacionadas con la explotación y precariedad de la mano de obra en el campo, se sumó también la degradación de los ambientes con riesgos de contaminación de los recursos naturales, resultante de las aplicaciones de pesticidas utilizados en los monocultivos de batatas. La implementación de la represa Apertado, en 1998, acentuó el proceso de dominación territorial y concentración de tierras en el municipio, con el fin de reducir el territorio destinado a la agricultura familiar campesina, que, aún en condiciones tan desfavorables, resurge y a su manera de vida y posibilita la producción de alimentos en el municipio.

Palabras clave: Agrohidronegocios. Mucugê. Chapada Diamantina. Geoambientes. Territorio.

1 INTRODUÇÃO

A leitura das transformações rurais do território de Mucugê, Chapada Diamantina-BA, sob o prisma analítico da Geografia, não pode se esvanecer do olhar crítico e da análise detalhada das configurações geoambientais que, associadas aos fatores sociais, políticos e econômicos tornam esse território estratégico para a acumulação capitalista regida pelo agrohidronegócio.

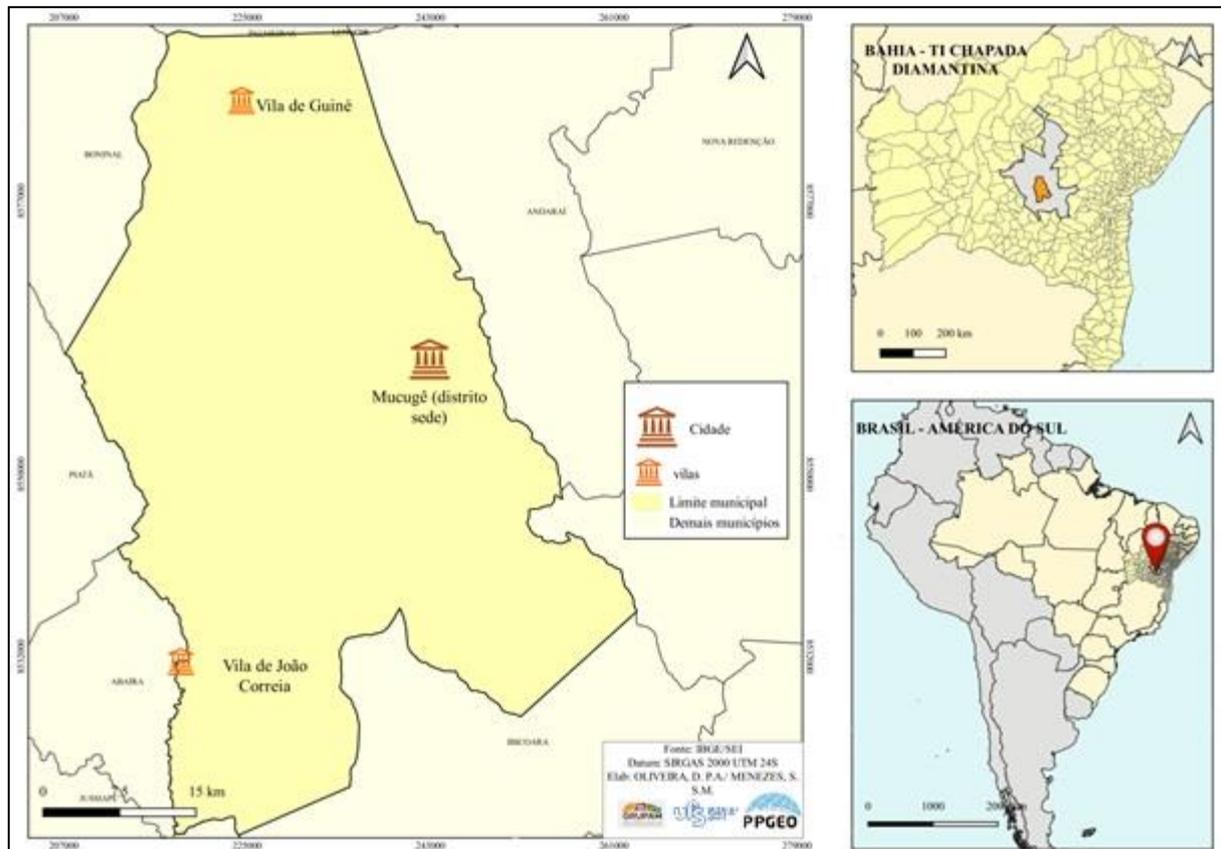
Há que se considerar também que tal análise não pode se desvencilhar da perspectiva daqueles que ocupam e se apropriam desse território para além de recursos naturais. Isso porque os números prodigiosos oriundos das safras das lavouras das grandes fazendas escamoteiam as contradições experienciadas pelos homens e mulheres da agricultura familiar camponesa que tiveram suas vidas negativamente impactadas pelas investidas do capital e pela modernização da agricultura no município.

Em face dessas premissas, o artigo ora em tela, originado da pesquisa de doutorado da autora, tem como recorte analítico os aspectos relacionados às transformações territoriais, às configurações geoambientais e suas relações com o agrohidronegócio em Mucugê, município situado na Chapada Diamantina, BA (Mapa 1).

O agrohidronegócio se territorializa nos espaços rurais do município, pautado na articulação de interesses das elites locais, com o discurso desenvolvimentista do Estado, que, posteriormente, se alia também aos grupos empresariais externos. Esse processo é incrementado pela construção da Barragem do Apertado na bacia hidrográfica do Rio Paraguaçu, obra de infraestrutura pública iniciada em 1996 e concluída e empreendida com recursos do Estado da Bahia.



Mapa 1 - Localização do município de Mucugê, Chapada Diamantina-Bahia, 2022.



Fonte: Elaborado pela autora.

O território como expressão material e simbólica das relações socioespaciais pode ser lido e reinterpretado segundo os distintos processos sociais, históricos, econômicos e culturais nele presentes. Ao enveredar pelos territórios rurais, entre caminhos, cadeados, porteiras e cercas de arame farpado, a realidade desvelou-se por meio das conversas, andanças e vivências, para que fosse possível compreender as distintas percepções sobre o agrohidronegócio em Mucugê. O artigo está estruturado da seguinte forma: na introdução apresenta-se em linhas gerais os propósitos e contextualização da pesquisa, seguidos dos aspectos metodológicos. No tópico “As transformações no campo em face dos impactos do agrohidronegócio no território”, privilegia-se a leitura dos territórios rurais de Mucugê, com ênfase nas contradições decorrentes da expansão do agrohidronegócio. No tópico seguinte, intitulado “O agrohidronegócio e a relação com o uso dos recursos geoambientais do território de Mucugê”, busca-se relacionar as configurações geoambientais desse território com a apropriação dos recursos. Nas considerações finais são tecidas breves ponderações acerca da pesquisa realizada.



2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Com o propósito de construir uma reflexão sobre as questões de pesquisa a serem desenvolvidas no recorte temático apresentado no presente artigo, buscou-se analisar as tensões, intencionalidades, contradições e conflitos que perfazem a realidade, lida também sob os aspectos quantificáveis, mensuráveis e materiais que compõe a objetividade, ambas consideradas dimensões indissociáveis.

Destaca-se, entre os procedimentos, a elaboração dos roteiros de observação e entrevista que foram realizadas com os sujeitos sociais protagonistas da pesquisa, os agricultores/as familiares camponeses/as.

Além das fontes de pesquisa primárias, procurou-se sistematizar as pesquisas de campo, com o levantamento de notícias e informações relativas ao universo analítico, por meio das consultas ao acervo público, além de *websites* de cunho turísticos e/ou informativos sobre Mucugê e Chapada Diamantina. Primou-se também pela elaboração do projeto cartográfico para a elaboração dos mapas e dos sistemas de informações geográficas (SIG) que deram suporte às análises territoriais que compõem a pesquisa.

Foram realizadas seis pesquisas de campo, com duração de 3 a 5 dias cada uma, entre os anos de 2019 a 2021, com incursões nas comunidades rurais, na sede municipal e nos distritos de Guiné e João Correia, além de comunidades tradicionais rurais. Sublinha-se, também, o contato com alguns sujeitos de pesquisa via redes sociais, com diálogos e compartilhamento de fotografias autorais dos participantes da pesquisa e informações sobre a realidade local. Optou-se, por questões pertinentes à ética na pesquisa, por resguardar o nome desses sujeitos sociais que contribuíram com a investigação. Em campo, foram utilizados diários e gravadores para uma maior agilidade no registro das informações, sensações e vivências nos contextos da pesquisa.

O contexto pandêmico, que acomete a humanidade desde março de 2020, teve diversas implicações negativas na realização das pesquisas de campo. O cenário de insegurança sanitária provocado pela pandemia transformou substancialmente o cotidiano dos sujeitos sociais, o que, em grande medida, dificultou e/ou inviabilizou o contato com os sujeitos da pesquisa em diversas situações.

Com o avanço nas vacinações, foi possível assegurar minimamente as condições sanitárias para a realização do campo, visto que envolveu deslocamento intermunicipal e hospedagem, além da proximidade com os sujeitos sociais nas comunidades rurais e na feira da cidade. Buscou-se, desse modo, acatar as orientações de segurança da Organização Mundial da Saúde (OMS), como o uso constante de máscaras, álcool 70%, higienização constante das mãos e, na medida do possível, distanciamento físico-social.

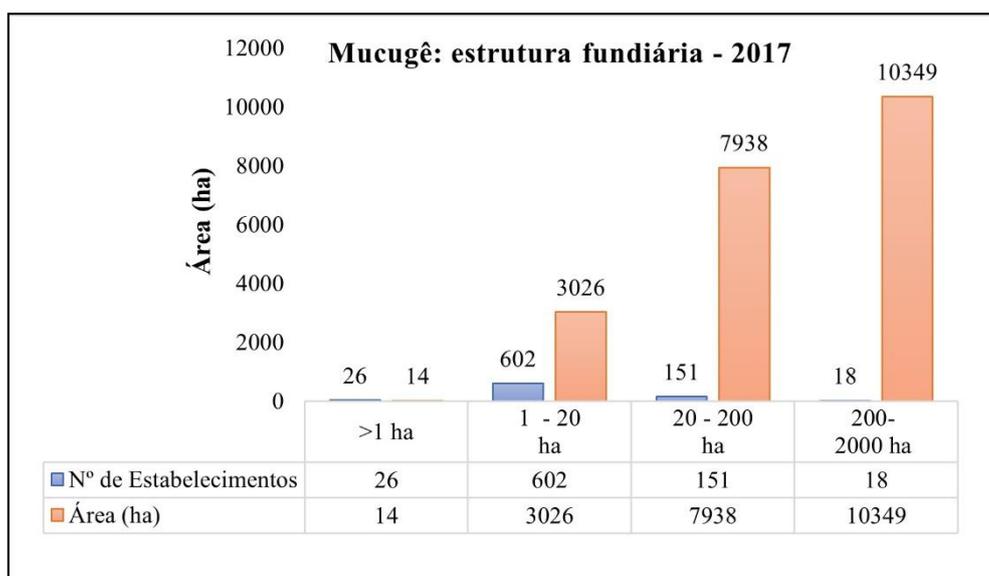


Ciente dos desafios e limitações impostos pela realidade em pauta, e partindo da convergência e da reflexão crítica acerca de diferentes fontes e recursos disponíveis, foi realizada a análise e a sistematização das informações.

3 AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO EM FACE DOS IMPACTOS DO AGROHIDRONEGÓCIO NO TERRITÓRIO

A histórica concentração da terra no Brasil, que tem seu marco fundamental com a instituição da Lei de Terras em 1850, é encontrada na análise da estrutura fundiária do município de Mucugê. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, os quatro estabelecimentos rurais, cujas áreas foram suprimidas, por critérios metodológicos do IBGE, somam 52.548ha, aproximadamente 71% da área total dos estabelecimentos rurais do município. As informações fundiárias do censo agropecuário de 2017 são expostas no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Estrutura Fundiária do município de Mucugê, Censo agropecuário, 2017.



Fonte: Elaborado pela autora.

É possível verificar, de acordo com as informações disponibilizadas no censo agropecuário, o predomínio absoluto dos empreendimentos rurais com área superior a 200ha. Observa-se também a discrepância no nível de detalhamento do tamanho e número dos estabelecimentos. Identifica-se, por exemplo, a quantidade e a área total dos estabelecimentos com menos de 1ha. No entanto, com os intervalos espaciais adotados pelo IBGE, torna-se inviável identificar por meio desses dados a extensão exata do território dominado pelo agrohidronegócio no município.

Na análise das metanarrativas construídas e consolidadas acerca do agronegócio, Carvalho e Oliveira (2021, p. 30) denunciam que “[...] a pilhagem ambiental, os conflitos no campo, o



aniquilamento de saberes e fazeres dos povos do campo no cenário político atual tornam ainda mais complexas a reprodução das condições materiais de existência [...]”. Trata-se de um modelo de produção agrícola, que, embora hegemônico e pretensamente moderno, tem apresentado evidências de insustentabilidade, seja na perspectiva dos sistemas ambientais, seja sob a ótica da destruição e superexploração da força de trabalho humana empregada nas lavouras.

Porto-Gonçalves e Chagas (2018) consideram que, como modelo de desenvolvimento, o agronegócio sentencia o Brasil ao atraso da condição de colônia, visto que, nas palavras dos autores: “[...] a modernidade, como se pode ver, não é incompatível com a colonialidade e com a injustiça. Nosso padrão de desenvolvimento com base na acumulação de capital sempre foi moderno-colonial e, nunca se diz, também injusto e devastador” (PORTO-GONÇALVES; CHAGAS, 2018, p. 4). A reprodução capitalista no campo perpetua a desigualdade econômica e a concentração fundiária, aspectos intrínsecos ao agronegócio.

Ao analisar o processo de apropriação do território pelo agronegócio, Haesbaert (1996) pondera sobre a constituição do novo Nordeste pela tecnificação, oriunda do processo de modernização da agricultura. Para o autor, os territórios rurais apropriados pelo agronegócio se caracterizam pela

[...] ebulição econômica (e o aumento brutal das desigualdades sociais com as migrações do sertão impulsionadas pelo mito do eldorado da soja) faz com que muitos denominem estas áreas de novo Nordeste, e alguns políticos (inclusive com apoio de grupos sulistas) começam a articular novos recortes político-administrativos capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura (HAESBAERT, 1997, p. 382).

De forma semelhante às descrições do autor referente ao oeste baiano, a presença dos gaúchos é marcante no processo de apropriação dos territórios rurais de Mucugê. Em estudo realizado acerca do MATOPIBA, que corresponde a grandes extensões do Cerrado e parte da Amazônia Legal, que abrangem terras do estado do Tocantins, regiões do oeste baiano, do sul do Maranhão e do Piauí, Favareto (2019) analisa a inserção dos empreendimentos capitalistas nos territórios rurais desse recorte espacial.

Favareto (2019, p. 15) aborda ainda a presença dos gaúchos na constituição dessa fronteira agrícola. Segundo o autor, as narrativas sobre tal processo pautam-se regionalmente em uma “[...] típica história de empreendedorismo heróico”. Essas narrativas estão presentes, também, na realidade rural de Mucugê, em que as histórias dos sulistas que chegaram ao território recém-descoberto, com pouco ou nenhum recurso, e lograram êxito com o trabalho na lavoura e a consolidação do agronegócio. Todavia, os incentivos fiscais por parte do Estado e a concessão de empréstimos e/ou financiamentos para a produção agrícola são aspectos obliterados nesses discursos.



De acordo com Haesbaert (1997), a articulação de fatores como a obtenção de crédito em condições favoráveis com a facilidade de suborno da fiscalização nas regiões denominadas de fronteira agrícola, constitui-se em um dos principais aspectos que intensificam a migração de empresários rurais para essas áreas. Ainda sobre a concessão de recursos estatais à iniciativa privada no setor agrícola, o autor aborda a contradição que existe entre determinados discursos oriundos de migrantes do sul que apregoam a dependência de nordestinos em relação ao Estado. Em face disso, Haesbaert (1997, p. 132) questiona: “O que dizer de grande parte deles, praticamente monopolizadores do acesso ao crédito agrícola, que, sob uma outra lógica, vivem às custas dos créditos subsidiados do Estado, culpado depois por todas as crises e deficiências das regiões onde eles se instalam?”

De acordo com as informações obtidas nos diálogos em campo, constatou-se inicialmente, que, em meados da década de 1980, o produto a ser cultivado no agrohidronegócio em Mucugê era a soja, uma vez que se acreditava ser esse o monocultivo mais rentável e lucrativo, conforme ocorreu no oeste da Bahia. Visava-se inserir a região no mito do eldorado da soja, como ponderou Haesbaert (1997). No entanto, esses cultivos não lograram êxito, segundo alguns relatos de moradores locais, pelas condições climáticas locais desfavoráveis ao grão. Sobre esse aspecto, um entrevistado relata o seguinte: “[...] O pessoal do Rio Grande do Sul e do Paraná veio do oeste [da Bahia], atraído pela promessa de chuvas fortes e abundantes, mas aqui não chove tanto assim, aí o plantio de trigo e soja não foi a frente” (Informação verbal. Entrevista realizada em agosto de 2020).

No contexto do agronegócio, em 1984, a lavoura da soja foi substituída pela de batata inglesa (Figura 1), monocultivo dominante desde então nas grandes lavouras locais. Os empreendimentos do agrohidronegócio envolvem áreas do sul de Mucugê e norte do distrito de Cascavel, pertencente ao município de Ibicoara, integrando o polo agrícola regional.

Figura 1 – Monocultivo e armazenamento da batata inglesa produzida pelo Agrohidronegócio em Mucugê.



Fonte: Gentilmente cedida por Tiago Profeta, durante pesquisa de campo, 2020.



Em meados das décadas de 1980-90, as atividades agrícolas tecnificadas tornam-se predominantes nos territórios rurais. O agrohidronegócio se instaura no município e passa a ser desenvolvido por grupos empresariais compostos por migrantes, com alguns grupos de origem sulista e asiática. Marcados pelo alto nível tecnológico e elevada pressão sobre os recursos naturais, especialmente os recursos hídricos, esses empreendimentos têm se expandido no cenário regional, num crescente processo de dominação do território. Tal processo está relacionado à modernização da agricultura no oeste da Bahia, analisado por Haesbaert (1997), visto que, com o rareamento das terras disponíveis no Oeste, grupos sulistas e asiáticos migraram em direção às terras planálticas que formam os campos gerais da Chapada Diamantina.

A farta rede hidrográfica local, o relevo aplainado dos campos gerais dessa região, além dos recursos econômicos e logísticos disponibilizados pelo Estado, foram cruciais para a implantação do agronegócio nos municípios de Mucugê e Ibicoara. O tópico apresentado a seguir, apresenta, por meio do ensaio cartográfico, as características geoambientais do território de Mucugê.

4 O AGROHIDRONEGÓCIO E A RELAÇÃO COM O USO DOS RECURSOS GEOAMBIENTAIS DO TERRITÓRIO DE MUCUGÊ

A interpretação da dimensão geoambiental do território do município permite a compreensão de suas dinâmicas e das suas transformações, sobretudo nos aspectos pertinentes ao uso e dominação da terra no meio rural. Para tanto, a análise pauta-se na leitura articulada dessas características, uma vez que tais aspectos são considerados indissociáveis na dinâmica e conformação das paisagens e do território. Dessa forma, salienta-se que as características geoambientais encontradas impeliram o capital que ali se reproduz sob a forma do agrohidronegócio.

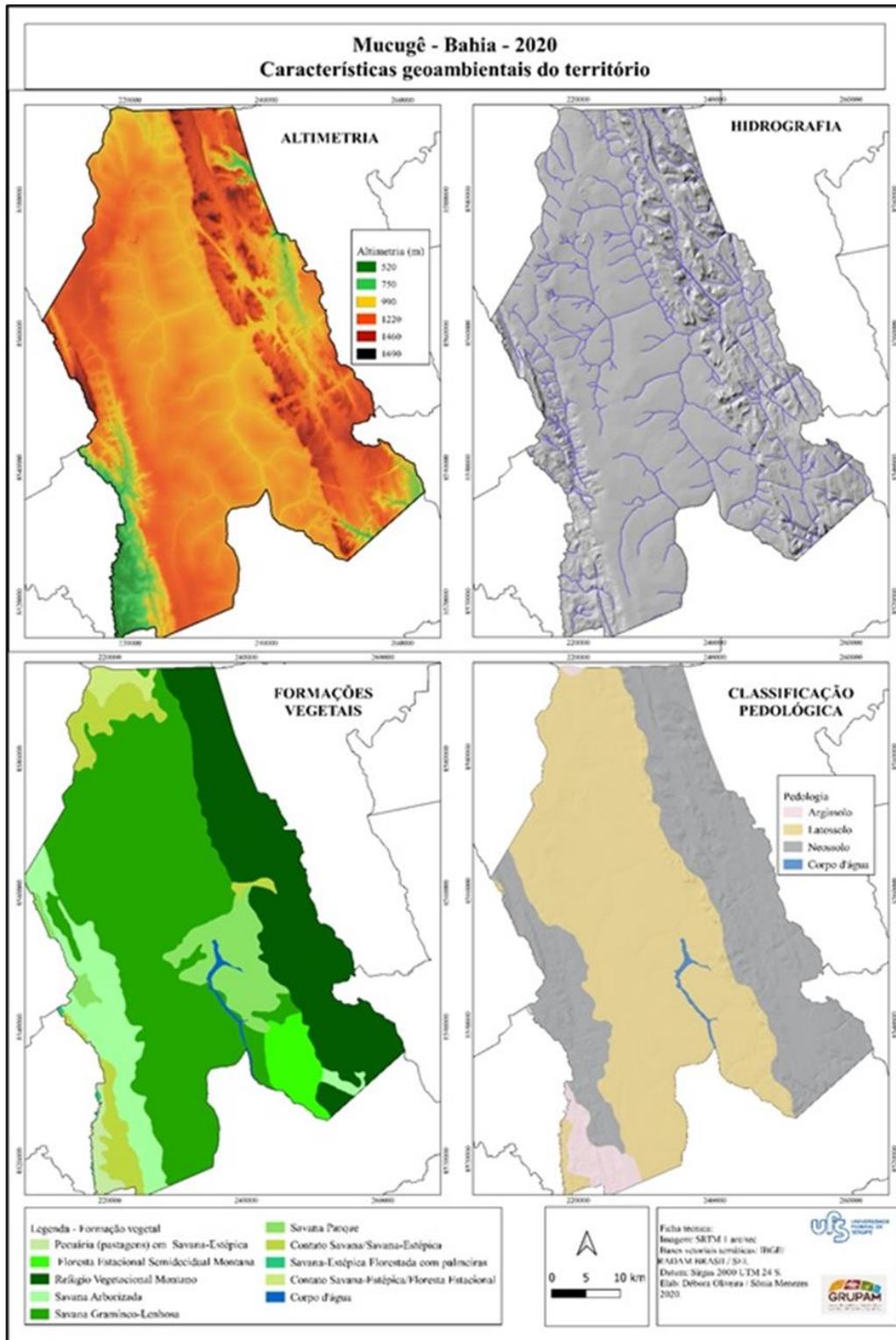
Thomaz Junior (2017) considera que dispor de terra e água de forma consorciada e ter o controle sobre esses bens permite que o capital obtenha as condições satisfatórias para a prática da irrigação e da mecanização, o que reforça e intensifica a expansão territorial da fronteira agrícola e o domínio sobre as melhores terras e condições logísticas para fins produtivos. Nesse contexto, salienta-se que os recursos territoriais mais vantajosos à produção agrícola em Mucugê são utilizados, em sua maioria, pelas grandes fazendas.

Em suas trajetórias de pesquisa, com ênfase na compreensão de que a “[...] luta pelo acesso à terra (áreas planas, férteis, baratas e com logística compatível) e à água (superficial e subterrânea), além da gestão de recursos hídricos, tem nos possibilitado abordar a monopolização da terra – com a manutenção/intensificação da trajetória latifundista” (THOMAZ JÚNIOR, 2018, p. 2), o autor pondera sobre a degradação ambiental e do trabalho, implícitas ao que denomina agrohidronegócio.



O mapa 2 apresenta um painel cartográfico com uma sucinta interpretação geoambiental do território municipal. As temáticas elencadas no mapeamento envolvem o relevo (altimetria), a rede hidrográfica, as formações vegetais e a classificação pedológica.

Mapa 2 – Mucugê: características geoambientais.



Fonte: Elaborado pela autora.



O primeiro mapa da sequência apresenta a estrutura do relevo do município, com a exposição dos valores altimétricos. Quando associado à representação da rede hidrográfica, percebe-se a estrutura de vales encaixados que esculpem o modelado. A altitude média predominante está entre 990-1.120m, que abrange a extensão central da carta. Observa-se também, nessas áreas, a pouca declividade do relevo, constituído de áreas relativamente planas e drenadas, consideradas favoráveis à implantação do agronegócio.

Essa região é dominada pelo agrohidronegócio. Nela, estão situadas as lavouras dos empreendimentos agropecuários e barragem do Apertado, obra pública estatal que é utilizada como fonte de recursos hídricos para irrigação dos monocultivos. Nessa área, existem também outros reservatórios de menor capacidade, construídos pela iniciativa privada no interior dos estabelecimentos rurais. O relevo plano eleva o potencial agrícola local, favorece à implantação de macroestruturas de irrigação, como o pivô-central, além de possibilitar a intensificação do processo de mecanização do trabalho nas plantações, que substitui, em grande medida, o trabalho braçal humano. As características ambientais dos territórios são apropriadas pelo agrohidronegócio, que, historicamente, subjuga e degrada as dinâmicas da natureza e o trabalho dos homens e mulheres que participam precariamente do processo produtivo (THOMAZ JUNIOR, 2017; OLIVEIRA, 2007).

A mecanização do trabalho agrícola com o uso de máquinas pesadas, a exemplo das colheitadeiras e semeadeiras, estão relacionadas à consolidação da revolução verde, processo de dimensões globais com particularidades no Brasil e nos demais países com atividades no *agrobusiness*. De acordo com Altieri (2004)

Os benefícios dessas medidas – geralmente chamadas de Revolução Verde – foram extremamente desiguais em termos de sua distribuição, com os maiores e mais ricos agricultores, que controlam o capital e as terras férteis, sendo privilegiados, em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos (ALTIERI, 2004, p. 19).

Além de catastrófica do ponto de vista ambiental, considera-se que a revolução verde endossou as desigualdades e injustiças sociais consolidadas nos diferentes contextos agrários em esfera global. Pollan (2007), ao analisar as transformações nas práticas agrícolas em fazendas dos Estados Unidos, afirma que a revolução verde provocou a inserção massiva da indústria nos ciclos de produção agrícola; e a mecanização do trabalho, com o uso das máquinas, tem se convertido numa cadeia produtiva extremamente complexa, danosa e exploratória de combustíveis fósseis em objetos comestíveis, haja vista a quantidade desses combustíveis na agricultura, além da dependência da mecanização das lavouras e da matriz energética pautada no petróleo que as máquinas utilizam.

O autor menciona também que as corporações industriais de capital internacional que lucraram no conflituoso século XX, com a indústria bélica, converteram-se em indústrias



agroquímicas e farmacêuticas. O resultado disso é o aproveitamento dos resíduos do armamento químico nuclear dos conflitos mundiais do século XX em outro nicho de mercado: as lavouras do agronegócio.

De acordo com Altieri (2004), a revolução verde corresponde a “[...] um ideário produtivo proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial, cuja meta era o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, assentando-se, para isso, no uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização (ALTIERI, 2004, p. 7). Esse aparato biotecnológico é largamente utilizado na agricultura convencional para aumentar a produtividade, e consequentemente, a margem de lucro dos empreendimentos rurais.

A revolução verde chegou de formas díspares nos países. No Brasil, alcançou as regiões de modo diverso: iniciada na década de 1960, nos estados da região sul, segue orientada ideologicamente pelo discurso da modernização do campo e pelo aumento dos índices de produtividade e lucro.

Nos territórios rurais de Mucugê, o processo de mecanização das lavouras se intensificou na segunda metade da década de 1990, potencializado pelo agrohidronegócio. O tempo do plantar e de colher, regido pela dinâmica da natureza e do trabalho na terra passou a ser acelerado por esses aparatos biotecnológicos, oriundos da revolução verde. Sobre esse aspecto, Carvalho e Oliveira (2021) discutem a apropriação dos territórios constituídos pelos biomas do cerrado e amazônico pelo agronegócio e sinalizam que

A partir da ascensão do paradigma da Revolução Verde na década 1950 e a sua consequente incorporação no Brasil, a partir dos anos 1960, no bojo do projeto de modernização da agricultura do governo ditatorial, a imagem do campo passa a ser estruturalmente reformulada, em consonância com o discurso ideológico da modernidade (CARVALHO; OLIVEIRA, 2021, p. 30).

Esse arsenal ideológico e técnico tinha como pilar o aumento da produtividade, alicerçada nos pacotes biotecnológicos e na mecanização do trabalho. Difundiu-se nacionalmente, nas décadas seguintes, levadas tanto pelas grandes corporações capitalistas, quanto pelos migrantes sulistas que colonizaram as novas fronteiras agrícolas nas regiões Norte-Nordeste e Centro Oeste (HAESBAERT, 1997).

No que concerne às características pedológicas da terra, sublinha-se que suas propriedades físicas e químicas estão relacionadas às formas de uso delas pelo capital e pelas atividades socioculturais e econômicas desenvolvidas pelos sujeitos sociais que com ela se relacionam. Desse modo, destaca-se a ocorrência do latossolo, tipo de solo predominante na área de domínio do agrohidronegócio, que está relacionado com o relevo plano, cuja estrutura intemperizada é pouco suscetível à erosão natural, fatores que impulsionam a exploração agrícola dessas condições pelo



agronegócio. De acordo com o manual técnico de pedologia do IBGE, trata-se de “[...] solos muito intemperizados, profundos e de boa drenagem. Caracterizam-se por grande homogeneidade [...]” (IBGE, 2007, p. 286).

Embora, naturalmente, o latossolo não apresente as propriedades químicas favoráveis ao aproveitamento agrícola, a exemplo da fertilidade e presença de matéria orgânica, o manejo com correção química e adubação fertilizante ampliam seu potencial agricultável. Suas características físicas, tais como, elevada profundidade e granulometria homogênea são favoráveis ao aproveitamento e melhoramento do potencial agrícola. Tais fatores são semelhantes àqueles encontrados na região oeste da Bahia, cuja ocupação territorial pelo agronegócio foi anterior à de Mucugê. Muitos grupos de migrantes sulistas foram inicialmente para o oeste, e depois direcionaram o fluxo para a Chapada Diamantina, primeiro para o distrito de Cascavel, em Ibicoara, posteriormente ampliando para Mucugê. Esse panorama é narrado na Revista Globo Rural, ao contar a trajetória de um desses migrantes:

Assim como outros conterrâneos, ele foi parar em Barreiras, no oeste da Bahia, que despontava como um dos mais promissores pólos de produção agrícola do país. O objetivo era cultivar cereais, principalmente soja. No entanto, alguém lhe disse que a 500 quilômetros a leste, em pleno coração do estado, pulsavam platôs praticamente inexplorados, tão ou mais atraentes que Barreiras, em função de características peculiares de clima, solo e amplitude térmica. Bastaria plantar para colher, e Pedro não titubeou. Girou o volante da caminhonete para a direita e encerrou sua jornada na Chapada Diamantina, vasto planalto cortado de sul e norte pela Serra do Sincorá, formação montanhosa de 160 quilômetros de extensão que se desdobra em várias serras (REVISTA GLOBO RURAL, 2020).

Não é exagero afirmar que as condições geoambientais, sobretudo as vastas extensões de relevo aplainado, foram um grande atrativo para a implantação dos empreendimentos agropecuários locais. Em áreas de altitude mais elevada, tal como se observa na extensão leste da carta altimétrica, onde a elevação varia entre 1.460-1.690 m, não seria possível a implantação de empreendimentos do agronegócio convencional, pois além da elevação, há também as fortes inclinações do terreno e a incidência de vales, o que inviabiliza a mecanização e a irrigação com o pivô-central. Ainda na extensão leste, nos limites do município, observa-se a ocorrência das altitudes menos elevadas, entre 520-750 m. São as áreas de vale, onde estão situadas a sede municipal, e ao norte, a comunidade do vale do Pati.

As características pedogeográficas do território de Mucugê estão relacionadas às diversas formações vegetais encontradas. Na área em questão, apropriada predominantemente pelo agrohídronegócio, além de ser constituída pelo latossolo com relevo aplainado, havia uma diversidade de savanas genericamente denominadas de cerrados ou campos gerais, além de enclaves de florestas.



No mapa temático pertinente aos tipos de vegetação, observa-se a predominância do tipo savana gramíneo lenhosa, cuja diversidade de composição florística é caracterizada fisionomicamente por gramados intercalados por plantas de aspecto lenhoso raquítico, “[...] que ocupam extensas áreas dominadas por hemicriptófitos e que, aos poucos, quando manejados através do fogo ou pastoreio, vão sendo substituídos por geófitos que se distinguem por apresentar colmos subterrâneos, portanto mais resistentes ao pisoteio do gado e ao fogo” (IBGE, 2012, p. 114). Em relação a essa formação vegetal, apesar de resiliente nas áreas elevadas, reservas e comunidades tradicionais, no campo, observa-se que a territorialização do agrohidronegócio provocou a sua devastação e deu lugar aos cultivos de batata e café em larga escala.

Ainda de acordo com o mapa 2, é possível observar nas proximidades da barragem do Apertado a ocorrência da formação vegetal do tipo savana-parque, caracterizada pela predominância da camada rasteira graminosa, sobre a camada de árvores. A ocorrência dessas árvores ou arvoretas acontece de forma isolada ou agrupada. É conhecida como campo sujo de cerrado (IBGE, 2020).

Nas áreas mais elevadas com altitude entre 1.460-1.690m correspondente à Serra do Sincorá, na extensão leste e na faixa de transição para o relevo dissecado à sudoeste com altitudes entre 520-750 m, verifica-se a ocorrência de neossolos, caracterizados por sua formação recente. São “[...] constituídos por material mineral ou material orgânico pouco espesso (menos de 30 cm de espessura), sem apresentar qualquer tipo de horizonte B diagnóstico” (IBGE, 2007, p. 294). Na área de estudo, pode-se classificá-lo como neossololítico-distrófico de baixa fertilidade, e com baixo potencial agrícola, quando associado às demais condições edafomorfoclimáticas do ambiente de entorno.

Isso porque a pouca profundidade, atrelada à presença de fragmentos da rocha e aos declives acentuados associados às áreas de ocorrência destes solos limitam seu potencial agrícola. Trata-se de um solo muito vulnerável aos processos erosivos, além disso, sua estrutura física limita o crescimento radicular das plantas, inibindo a ocorrência da vegetação de maior porte. A ocorrência desse tipo de solo está associada à vegetação de baixo porte e densidade, tal como se observa na Serra do Sincorá, cuja formação vegetal é constituída pelo refúgio vegetacional montano. Esse tipo de formação é classificada como comunidade relíquia, tendo em vista que se trata de uma formação vegetacional diferenciada nos “[...] aspectos florístico, fisionômico e ecológico da flora dominante na região [...] caracterizam-se pela alta sensibilidade a qualquer tipo de intervenção. Áreas turfosas, em diferentes altitudes e os cumes litólicos das serras” (IBGE, 2012, p. 145).

Ainda na faixa de transição entre os campos gerais situados ao centro, e as áreas de caatinga localizadas ao sudoeste, verifica-se a ocorrência combinada de neossolos, latossolo e argissolos. Nessa faixa, há presença proeminente de argissolos, caracterizados pela ocorrência de argila e troca de materiais entre os horizontes a e b, e apresentam profundidade variável. Na área de estudo, são



classificados como argissolos eutróficos, ricos em cálcio, magnésio e potássio, minerais essenciais ao crescimento das plantas (IBGE, 2007).

Nessa região, observa-se uma diversidade de formações vegetais, com o predomínio da savana estépica, também conhecida como caatinga, caracterizada pela vegetação xerófila, de clima semiárido. Verifica-se a conversão dessa vegetação em pastagens, que, no distrito de João Correia, é utilizada para a prática da pecuária, com a criação de gado bovino de forma extensiva. Nas comunidades rurais próximas a esse distrito, desenvolvem-se também atividades voltadas à agricultura de sequeiro, além do plantio de arroz e cana-de-açúcar nas proximidades do Rio de Contas. Sobre esse aspecto, um agricultor familiar camponês narra:

Essa beira de rio aqui é boa demais para plantar. A família da gente tem muita terra, mas só presta as da beira do rio. Meu tio mesmo plantava arroz para esse lado daqui. Onde tem aquele capim tinha também a soca de arroz. Mas esse ano foi fraco de chuva, aí complicou pra nós, não teve muita produção. Antigamente, em João Correia, tinha muita cebola, vinha caminhão buscar cebola aqui, que o povo vendia. Minha família das duas partes mesmo plantou cebola também, mas aí, foi se acabando, a chuva rareando (Informação verbal. Entrevista realizada em setembro de 2021).

Esse esboço do lugar desenhado pelo entrevistado foi observado durante as incursões em campo na zona rural do distrito de João Correia. Na figura 2 observa-se o contraste entre as terras férteis e úmidas das margens do rio e, a pouco metros de distância, o substrato pedregoso característico de áreas de relevo dissecado, nas encostas de planalto em áreas de clima semiárido e caatinga:

Figura 2 – Área com vegetação diversificada próxima às margens do Rio de Contas e áreas de caatinga no distrito de João Correia, 2021.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.



Essa breve caracterização do município fornece elementos para a compreensão de sua dinâmica territorial. Isso porque, como foi verificado, as lavouras do agronegócio ocupam expressivamente as áreas de melhor aptidão agrícola, situadas na região centro-sul, onde existem condições edafomorfoclimáticas favoráveis à sua exploração. Essas características são evocadas pelos representantes do agronegócio como a vocação natural da região, com alta produtividade, tal como se observa na manchete veiculada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), intitulada: A Bahia que dá certo. Na matéria afirma-se o seguinte:

A região de Ibicoara e Mucugê produziu, em 2015, mais de 99,9% da batata cultivada no estado e 40,8% do tomate, destacando-se ainda na pecuária bovina e na produção de flores. Com condições de clima e solo peculiares e diferenciados, a Chapada tem vocação, também, para a fruticultura, destacando-se os cultivos de manga, morango e uvas, que são destinadas à produção de vinhos e espumantes [...]. Tal pujança nos permite reiterar que a Bahia que dá certo está no campo, produzindo, plantando e colhendo. E a nossa agropecuária busca, cada vez mais, a melhoria da produtividade e a internacionalização da produção, para continuar gerando empregos e renda aos baianos (CNA, 2020).

No entanto, embora não se negue a relevância das condições geoambientais desse território, é mister considerar que além dessas configurações, destaca-se ainda a ação do poder público na construção da infraestrutura para atender esses empreendimentos, a exemplo da barragem e da rodovia estadual BA-142, considerada fundamental para o escoamento da produção. Sem esse aparato oferecido pelo poder público, certamente a produtividade desse setor não agregaria resultados tão exitosos. E há de se considerar também que, além desse caráter subsidiado que o agronegócio assume em todo o Brasil, os impactos sociais e ambientais decorrentes dessa atividade são externalizados, por isso não são exaltados pela grande mídia, e tampouco são de conhecimento da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monopolização do território pelo agrohídronegócio reverbera na desterritorialização das comunidades rurais e em panoramas de degradação socioambiental generalizada. Além disso, ocorre uma perda gradativa da autonomia na produção familiar camponesa. Essas rupturas implicam também na perda dos saberes e fazeres vinculados aos ciclos da natureza e à dinâmica do plantar e colher conectado a terra e a seus elementos fundamentais.

Os homens e mulheres do campo precisam se submeter a condições precárias de trabalho nas grandes fazendas do agrohídronegócio para permanecer em seus territórios de vida, uma vez que dependem do assalariamento ou do pagamento de diárias para sua reprodução social. Sublinha-se que os incentivos econômicos e logísticos de apoio à agricultura familiar camponesa, que poderiam atenuar esse quadro, são pífios na realidade local.



A interpretação da dimensão geoambiental do território do município permite a compreensão de suas dinâmicas e das suas transformações, sobretudo nos aspectos pertinentes ao uso e dominação da terra no meio rural. Isso porque constatou-se, por meio das vivências em campo, com o apoio do mapeamento, que as áreas com maior potencial agricultável, com acesso aos recursos hídricos, relevo plano e solo profundo foram apropriadas pelo capital agronegocista. Essa apropriação territorial ocorreu com o estímulo estatal, além do apoio do setor financeiro com políticas creditícias e incentivos fiscais.

A compreensão desse panorama auxilia a desmistificar a narrativa do empreendedorismo heroico e bem sucedido, de um colonialismo interno, que trouxe o desenvolvimento a territórios marcados pela pobreza e abandono. Tais discursos, de natureza acentuadamente xenofóbica, demonstram as contradições no acesso às políticas públicas e ao crédito rural. A seletividade no processo de modernização da agricultura é um traço evidente das contradições e disparidades impostas pelo processo de apropriação do campo pelo capital. Mesmo em face de condições tão contraditórias e desfavoráveis, a prática da agricultura familiar camponesa no município segue na existência cotidiana, com a produção de alimentos no território.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M.. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- CARVALHO, J. T.; OLIVEIRA, A. R.. O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. **Revista NERA**. Presidente Prudente. V. 24. N. 58. P. 28-55. Mai.-Ago./2021.
- FAVARETO, A. (Org.) **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado**. São Paulo: Prefixo Editorial, 2019.
- HAESBAERT, R.. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário**. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=2921906#/S/Q>>. Acesso em: 28 de nov. de 2019.
- OLIVEIRA, A. U.. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur, 2007.
- OLIVEIRA, D. P. A.. Nas fissuras do agrohídronegócio brotam territorialidades de esperança em Mucugê-Bahia. **Tese de Doutorado em Geografia**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2022.
- POLLAN, M. **O dilema do onívoro**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.
- PORTO-GONÇALVES, C. W.; CHAGAS, SB das. Os pivôs da discórdia e a digna raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina–BA. **Documento de Trabalho -Inédito**, 2018.



THOMAZ JUNIOR, A.. Degradação Sistêmica do Trabalho no Agrohidronegócio. **Mercator**, Fortaleza. V. 16, e16020, 2017.

A BAHIA QUE DÁ CERTO. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/artigos/a-bahia-que-d%C3%A1-certo-ii>>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

REVISTA GLOBO RURAL. Disponível em: <<http://www.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC578495-1641,00.html>>. Acesso em: 18 de agosto de 2020.